

Política de Habitação Rural

AUGUSTO LUIZ DUPRAT

(eng.º civil)

I

INTRODUÇÃO

A PESAR de sermos um dos países do mundo de maior percentagem de população rural, de termos uma formação nitidamente rural e de ainda hoje, mais de 90% das nossas divisas provirem da agricultura, temo-nos ocupado sobretudo das cidades e o campo e seus habitantes têm sido abandonados à sua própria sorte.

Esta atitude não nos é peculiar. "A expansão considerável da indústria e o crescimento desmedido das cidades, atraíram a atenção dos sociólogos, dos arquitetos e dos urbanistas, no curso do último século e no princípio deste, principalmente sobre os problemas de construção urbana e planejamento dos núcleos industriais. Nesse período, as regiões rurais foram esquecidas, tanto do ponto de vista da evolução da população, como do ponto de vista da melhoria do *habitat*.

COEFICIENTES DA HABITAÇÃO — DADOS DE 1940

BRASIL — GERAL	TOTAL GERAL	ALVENARIA				MADEIRA				OUTRA NATUREZA			
		TOTAIS	QUADRO			TOTAIS	QUADRO			TOTAIS	QUADRO		
			Urbano	Suburbano	Rural		Urbano	Suburbano	Rural		Urbano	Suburbano	Rural
Prédios.....	9.098.791	2.926.807	1.351.046	369.186	1.206.581	5.933.173	586.556	451.328	4.895.289	238.811	57.221	26.725	154.865
Domicílios.....	7.949.765	2.618.749	1.247.202	345.219	1.026.328	5.203.468	507.739	413.523	4.282.206	127.551	23.859	13.705	89.987
Domicílios/prédio.....	0.882	0.894	0.922	0.936	0.950	0.877	0.866	0.916	0.876	0.535	0.415	0.513	0.581
Peças.....	35.863.941	14.678.601	7.629.205	1.649.195	5.490.201	20.632.085	2.188.710	1.553.099	16.890.276	553.225	108.727	52.132	392.396
Alcovas e dormitórios.....	16.104.367	6.167.247	3.030.406	691.349	2.445.492	9.663.402	929.152	702.879	8.061.371	243.718	44.075	22.495	177.148
Pessoas.....	41.566.407	14.609.468	6.882.127	1.811.577	5.915.764	26.300.533	2.327.577	1.851.225	22.121.732	656.406	115.972	60.511	479.923
Pessoas/dormitório.....	2.58	2.37	2.27	2.62	2.42	2.71	2.51	2.64	2.74	2.69	2.62	2.68	2.71
Pessoas/domicílio.....	5.2	5.57	5.51	5.24	5.76	5.05	4.58	4.50	5.16	5.15	4.86	4.42	5.34
Percentagem do tipo de const. sobre o total e s/o tipo.....	—	32.16%	46.16%	12.60%	41.24%	65.24%	9.88%	7.62%	82.50%	2.64%	24.00%	11.20%	64.8%
Dormitório/domicílio.....	2.02	2.36	2.44	1.85	2.38	1.86	1.82	1.70	1.88	1.91	1.85	1.64	1.97
Peças/domicílio.....	4.52	5.61	6.12	4.77	5.25	3.96	4.32	3.75	3.94	4.34	4.56	3.81	4.36
Locatários.....	1.647.961	973.128	699.852	171.060	102.216	654.971	209.785	134.592	310.594	19.862	8.993	4.087	6.782
Proprietários.....	3.450.109	1.022.170	415.304	143.143	463.723	2.360.911	221.288	208.134	1.931.489	67.028	9.016	7.546	50.466
% locatários.....	20.72%	37.16%	56.11%	49.55%	9.96%	12.5%	41.30%	32.55%	7.26%	15.6%	37.70%	29.8%	7.53%
% proprietários.....	43.40%	39.03%	33.3%	41.4%	45.10%	45.4%	43.6%	50.30%	45%	52.6%	37.8%	55%	56.2%
Carência dormitório.....	4.678.836,5	1.137.487	410.657,5	214.439,5	512.390	3.456.864,5	234.636	222.733,5	2.999.495	81.485	13.911	7.760,5	62.813,5
Percentagem de carência.....	29.05%	18.4%	13.55%	31%	21%	35.60%	25.2%	31.7%	37.20%	34.7%	31.6%	34.5%	35.5%
Percentagem de pessoas segundo o tipo de casa e as cidades.....	—	35.15%	47.10	12.40	40.50	63.27%	8.85%	7.05	84.10	1.58%	17.65	19.20	73.15

Somente nos últimos anos foi que as consequências deste abandono surgiram, com toda a sua intensidade, e que, em face dos resultados das análises dos dados estatísticos, pudemos observar melhor o fenômeno. O esquecimento a que foram relegadas as regiões rurais, sob qualquer aspecto que o encaremos: de saúde, de educação, de transporte, de crédito, de habitação, trouxe como consequência o abandono dos campos e um crescimento desmedido das nossas cidades. E' o êxodo rural com todas as suas trágicas consequências.

Conquanto o êxodo rural seja um fenômeno universal e impossível de ser evitado; entre nós, nos últimos anos, assumiu proporções alarmantes, sobretudo porque a nossa estrutura agrária, ainda é, em grande parte, baseada no braço do rurícola, ainda não está a nossa agricultura suficientemente mecanizada.

Ainda mais, em consequência da divisão de terras, criou-se o minifúndio, havendo mesmo regiões em que o homem migra por falta de terra.

A maioria da população brasileira vive no campo, e, suas condições de vida quer econômica, quer sociais, quer culturais, são tais, que obrigam os rurícolas a migrar para as cidades ou para zonas de melhor economia, em busca de elementos indispensáveis a sua sobrevivência, causando sérias perturbações econômicas ao País.

De 1940 a 1950 a população urbana cresceu de 49% enquanto que a população rural cresceu de apenas 17%.

Em 1950 era a seguinte a distribuição da população do Brasil segundo as regiões.

REGIÃO	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO	
	Urbana	Rural
Norte.....	25.31%	74.69%
Nordeste.....	17.38%	82.62%
Leste.....	29.32%	70.68%
Centro-Oeste.....	11.47%	88.53%
Sul.....	34.09%	65.91%

O exame do quadro acima, em conexão com as condições de vida que serão abaixo examinadas, justifica e mesmo exige, o estabelecimento de uma política coordenada, que possibilite melhorar as atuais condições sociais, culturais e econômicas do nosso rurícola.

O problema é complexo e não pode ser resolvido unilateralmente; primordialmente é um problema de educação — depois um problema econômico. Assim, para que o nosso rurícola melhore suas atuais condições devemos proporcionar-lhe os meios de levantar seus níveis social, cultural e econômico.

As condições ecológicas, entre nós, variam de município para município, assim sendo, cabe a estes a organização de sua defesa, dentro de um planejamento estadual, que por sua vez deverá estar subordinado a um planejamento Federal.

Não devemos esquecer que a "Agricultura é a atividade que apresenta as condições mais propícias para o desenvolvimento da atividade privada, o fomento da vida do lar, o desenvolvimento da iniciativa, da prudência, da coragem, da economia e outras inestimáveis virtudes, e possibilita uma vida simples porém saudável e austera".

Quanto mais próspera for a zona rural, tanto mais prosperará a indústria, pois que, se não fôsse o rurícola ela não viveria.

E' necessário que se estabeleçam condições de vida no campo, semelhantes às da cidade, é um direito que assiste aos rurícolas, que tanto contribuem para o desenvolvimento da Nação.

A força de uma Nação está nos seus homens, e não poderemos ser uma Nação forte enquanto a maioria da nossa população for constituída de homens subnutridos e verminados.

Todo o esforço da Humanidade, e conseqüentemente o seu progresso, girou sempre em torno dos vértices do triângulo formado pela ali-

mentação, habitação e vestuário. Isto porque, segundo o eng.^o MISSENARD o homem é o resultado da ação, sobre um patrimônio hereditário, em potencial, de um meio químico (nutrição), de um meio físico (clima) e de um meio psíquico representado pela sociedade e manifestado pela educação e pela instrução.

Alimentado, abrigado e vestido, satisfaz o homem aos seus instintos primordiais, o da conservação e o da reprodução, acrescido do da instrução.

Ora, bem examinadas as coisas, verificamos que, para serem atendidas as exigências necessárias à manutenção destes elementos, acima enumerados, temos que nos valer da *terra*; de fato, é dela que tiramos nossos alimentos, é dos elementos que fabricamos nossos tecidos e construímos nossas casas. No entanto, essa *terra*, a quem tudo devemos, tem sido abandonada e maltratada pelo Homem, que se tem deixado atrair pelos encantos das cidades e unicamente a estas se têm dedicado sociólogos e urbanistas. Esse abandono da *terra* e incremento das cidades, tem como conseqüência o desequilíbrio econômico e social das regiões; não haverá economia sólida, nem paz, nem harmonia social, enquanto não forem bem atendidas as necessidades do homem, manifestadas pela alimentação, habitação e vestuário.

Se não proporcionarmos à nossa gente condições que lhe assegurem um mínimo de bem-estar, no dizer de SANTO TOMAZ DE AQUINO, não podemos exigir dela a prática de virtudes.

Tendo sido abandonado o campo a sua própria sorte, lá não encontrando o homem condições de vida que lhe assegurem a sua sobrevivência e a de sua família, migra para as cidades, de um modo alarmante, impulsionado por duas forças: a de atração da cidade e a de repulsão do campo.

Este êxodo traz o desequilíbrio econômico das regiões, aumento das dificuldades urbanas e cria sérias dificuldades ao problema da alimentação, já tão precário entre nós. Além do mais, não devemos esquecer que as energias sociais de uma Nação estão no campo, onde, pelas condições de vida, se conservam ainda as nossas velhas tradições de honestidade, de ordem, de solidariedade humana e de trabalho.

No presente artigo analisaremos sucintamente as condições do brasileiro em face da alimentação, da habitação, do vestuário, conseqüentes ao abandono do campo e as condições daí decorrentes, para depois mostrarmos a influência da casa na fixação do homem ao solo, e que, sempre que o problema da habitação for atacado nas sedes municipais, sem que concomitantemente asseguremos melhores condições de vida ao rurícola, ou pelo menos, iguais, estaremos agravando o problema. Não só o rural como o urbano.

Para melhor entendimento, damos na página seguinte o quadro onde se distribui o salário-mínimo acrescido de 33% pelas rubricas alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

UNIDADES FEDERADAS CAPITAIS	SALÁRIO MÍNIMO 33%	ALIMENTA- ÇÃO		HABITAÇÃO		VESTUÁRIO		HIGIENE		TRANSPORTE	
		%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$
Manaus.....	1.010,80	43	434,70	23	232,50	23	232,50	5	50,60	6	60,50
Belém.....	851,20	51	434,10	24	204,30	16	136,20	5	42,60	4	34,00
São Luiz.....	877,80	49	430,10	39	254,60	16	140,40	5	43,90	1	8,80
Teresina.....	718,20	53	380,60	26	186,70	13	93,40	6	43,00	2	14,00
Fortaleza.....	917,70	51	468,00	30	275,30	11	100,90	5	45,90	3	27,60
Natal.....	665,00	55	365,80	27	179,60	11	73,20	6	39,90	1	6,50
João Pessoa.....	731,50	55	402,30	27	197,50	12	87,80	5	36,60	1	7,30
Recife.....	864,50	55	475,50	27	233,40	8	69,20	5	43,20	5	43,20
Maceió.....	784,70	56	439,40	27	211,80	10	78,50	6	47,20	1	7,80
Aracaju.....	784,70	53	415,80	34	266,80	8	62,80	4	31,40	1	7,70
Salvador.....	954,10	54	515,20	30	286,30	10	95,40	5	47,70	1	9,50
Belo Horizonte.....	1.090,40	54	588,80	28	305,40	11	110,90	6	56,40	1	10,90
Vitória.....	1.090,40	51	556,10	31	338,10	12	130,80	5	54,50	1	10,90
Niterói.....	1.330,00	55	731,50	27	359,20	11	146,30	6	79,80	1	13,30
Distrito Federal.....	1.596,00	50	798,00	25	399,20	13	207,50	6	59,70	6	95,70
São Paulo.....	1.572,70	43	676,30	33	518,90	14	220,80	6	94,40	4	62,80
Curitiba.....	864,50	55	475,50	24	207,50	14	121,00	6	51,80	1	8,70
Florianópolis.....	864,50	57	492,80	24	207,50	13	112,40	5	43,20	1	8,60
Porto Alegre.....	1.064,00	44	468,20	24	255,40	22	334,00	7	74,50	3	31,90
Goiânia.....	917,70	51	468,00	22	201,90	21	192,70	6	55,10	—	—
Cuiabá.....	758,10	49	371,50	29	219,80	15	113,70	7	53,10	—	—

Acrescemos 33% ao salário-mínimo tendo em vista a renda da família, os biscates feitos pelo operário, suas plantações e criações.

Este salário é o pago nas capitais. No campo a situação é pior, como veremos adiante.

II

EXAME DAS CONDIÇÕES DO BRASILEIRO EM FACE DO TRIÂNGULO ALIMENTAÇÃO-HABITAÇÃO-VESTUÁRIO

Analisemos, em breve síntese, as condições de alimentação entre nós. Por elas se verá que o trabalhador brasileiro, isto é, a maioria da população brasileira, sobretudo a rural, sofre de fome, não pode, nem mesmo, comer a ração-tipo e, conseqüentemente não pode obter o "mínimo social" isto é, o nível mínimo de consumo, abaixo do qual o homem perde a certeza de poder suprir a energia necessária para produzir seus meios de subsistência e contribuir ao bem-estar coletivo." E' o ponto em que biológica e socialmente, se interrompe o bom funcionamento do indivíduo, e aplica-se-lhe a designação de "mínimo vital ou social".

Examinando as nossas estatísticas verificamos que a área cultivada, para alimentação, era em 1953 de 16.023.000 hectares, para uma população de 55 milhões de habitantes, ou seja 0,292 ha por habitante. Ora, o dado para alimentar um homem é de 0.728 ha. Conclusão: estamos ainda muito longe das nossas necessidades. E' bem verdade que a área cultivada refere-se apenas a 43 culturas.

Segundo o Prof. DANTE COSTA: "A alimentação possui uma ação decisiva sobre o peso, a altura, o vigor físico, o desenvolvimento mental, a permanência da saúde, o equilíbrio das funções, a resistência às infecções, a longevidade, a visão, o tato, a reprodução, a vida do espírito e a vida material das criaturas".

"A vida é a expressão da utilidade dos alimentos. Hoje já é possível afirmar que a alimentação possui as seguintes finalidades:

1.º) favorecer o nascimento normal;

2.º) assegurar o crescimento e desenvolvimento das crianças;

3.º) formar ossos e dentes normais, músculos fortes e sangue normalmente constituído;

4.º) evitar o raquitismo, o escorbuto, o beribéri, a pelagra, o bócio, a arriboflavinose, o "Kwashiorkor" e outras doenças que só existem por deficiência de alimentação;

5.º) garantir a vitalidade e o prazer de ser ativo;

6.º) aumentar nas crianças escolares a capacidade de aprender;

7.º) realizar uma população forte, resistente a fadiga e a doença, apta ao trabalho e capaz de compreender, estimar a realizar o progresso." (Prof. DANTE COSTA — Cálculo-Leite e Alimentação Humana.)

Fixadas assim as finalidades da alimentação vejamos as quantidades disponíveis, *per capita* no Brasil, de acordo com as exigências da ração normal média, adotada pelo Ministério do Trabalho. Esta ração se compõe de:

Abóbora 300g; Açúcar 100g; Arroz 100g; Feijão 150g; Bananas 3 un; Banha 50g; Bat. doce 200g; Pão 200g; Café 30g; Carne de vaca 200g; Far. mandioca 50g; Leite 500g; Mant. 30g; Ovos 1 unidade.

Leite: O leite é um dos alimentos mais completos, apesar do baixo teor de ferro "ainda é o leite, o mais útil dos alimentos humanos."

Segundo CASTRO BARRETO:

Enquanto um brasileiro, em média consome apenas 20g de leite por dia, um dinamarquês consome 700g, um suíço consome 1024g, um norte-americano consome 420g, um norueguês 832g, um holandês 235g, um francês 134g.

E se compararmos o consumo de leite por habitante, em algumas capitais, verificamos que:

Um habitante de Copenhague consome 832g por dia.

Um habitante de Boston consome 800g por dia.

Um habitante de Buenos Aires consome 440g por dia.

Um habitante do R. de Janeiro consome 128g por dia.

Um habitante de São Paulo consome 100g por dia.

Um habitante de Belém consome 16g por dia.

Segundo um trabalho de O. Balarim citado pelo "Diário de Notícias", no Brasil temos 1 vaca para cada 10 pessoas.

Na Dinamarca 1 vaca para 2.72 pessoas.
Na Suécia 1 vaca para 6.05 pessoas.
Na Grã-Bretanha 1 vaca para 4 pessoas.
No Canadá 1 vaca para 3.9 pessoas.
Nos Estados Unidos 1 vaca para 6.9 pessoas.

Com relação à produção por vaca e por ano encontramos o seguinte:

	Quilos
Holanda	3.300
Dinamarca	3.750
Suécia	2.610
Suíça	2.730
Grã-Bretanha	2.550
Estados Unidos	2.280
Nova Zelândia	2.550
Brasil	800

Como se vê pelos dados acima a nossa produção de leite por vaca é praticamente de 1/3m da do menor produtor.

Manteiga: Enquanto se considera que o consumo de manteiga deva ser de 500g por ano e "per capita", no Rio de Janeiro o consumo diário era de 10g.

Em 1952 fabricaram-se no Brasil 26.251 toneladas de manteiga, para uma população de 54.526.000 habitantes o que corresponde a 1g 2 "per capita" e por dia, ou seja, 360g por ano.

Queijo: Em 1952 o Brasil fabricou 26.910 toneladas de queijo o que dará *per capita* e por dia 1g 3, mesmo que reduzíssemos a população real a unidade de consumo, ainda assim chegaríamos a resultados irrisórios.

Carne: Em 1952 entre carne verde frigorificada, desidratada, salgada, enlatada e charque, foram preparadas 974.620 t (bovinos) o que corresponde *per capita* e por dia a 49g. Ainda mesmo que somássemos o total de carne preparada de suíno (132.959 t), ovinos (22.301 t) e caprinos (12.897 t), o resultado ainda ficaria muito aquém das necessidades.

Examinando o número de bovídeos em relação ao número de habitantes informa Castro Barreto que no Pará, para cada cabeça de gado, há 1.43 habitantes, em Pernambuco 3.40 habitantes por cabeça de gado, em Minas 1.50 cabeças para cada habitante, no Rio Grande do Sul 2.03 por habitante.

Açúcar: De acordo com os dados de I.B.G.E. a produção de açúcar em 1952 foi de 1.785.017 toneladas — o que daria *per capita* 921g.

Arroz: Encontramos que cabe, a cada brasileiro, 53,80 kg de arroz com casca e por ano, em 1952, necessitávamos de 36,500 kg de arroz sem casca, por cabeça.

SITUAÇÃO DO BRASILEIRO QUE RECEBE O SALÁRIO MINIMO, EM FACE DAS DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO

ESTADOS	N.º DE DEPEN- DENTES	ALIMENTAÇÃO (CAPITAIS)					
		VALOR DA RAÇÃO			DISPO- NÍVEL	SALDO	
		Cr\$ Un.	Cr\$ fa.	Cr\$ mensal		Cr\$	+
<i>Região Norte</i>							
Amazonas.....	1.92	13.86	26.61	789,30	434,70		263,60
Pará.....	2.80	14.78	41.38	1.241,40	434,10		807,30
<i>Região Nordeste</i>							
Maranhão.....	3.11	13.67	52.51	1.575,30	430,10		1.145,20
Piauí.....	3.11	11.56	41.38	1.241,40	380,60		860,80
Ceará.....	3.04	11.74	35.68	1.070,40	468,00		602,40
Rio Grande do Norte.....	3.02	11.88	36.10	1.083,00	365,80		717,20
Paraíba.....	3.16	12.51	39.50	1.185,00	402,00		782,70
Pernambuco.....	2.53	12.14	30.70	921,00	475,50		445,50
Alagoas.....	2.48	11.07	27.60	828,00	429,40		388,60
<i>Região Leste</i>							
Sergipe.....	2.79	11.90	33.20	996,00	415,80		580,20
Bahia.....	2.74	14.02	38.50	1.155,00	515,20		639,80
Minas Gerais.....	2.64	10.99	29.00	870,00	588,80		281,20
Espírito Santo.....	2.46	10.36	25.50	765,00	556,10		208,90
Rio de Janeiro.....	2.24	10.96	24.50	735,00	731,50		3,50
Distrito Federal.....	1.62	12.52	20.20	609,00	789,00	89,00	
<i>Região C. Oeste</i>							
Goiás.....	3.00	9.85	29.55	886,50	468,00		418,50
Mato Grosso.....	2.74	13.92	38.10	1.143,00	371,50		771,50
<i>Região Sul</i>							
São Paulo.....	1.78	11,30	20.20	606,00	676,30	70.30	
Paraná.....	—	—	—	—	—	—	—
Santa Catarina.....	2.55	10.87	27.90	827,00	492,80		334,20
Rio Grande do Sul.....	1.97	11.23	22.10	663,00	468,20		194,80

Feijão: A ração-tipo prevê 150 g, por dia, dispomos de 21kg 14g por ano, ou seja, 58g *per capita* e por dia.

Batata Inglesa: Dispõe cada brasileiro de 13.500g por ano, ou seja, 37g por dia.

Café: Dispõe o brasileiro *per capita* e por dia de 56g de café.

Bananas: Por ano dispõe o brasileiro de 3.40 cachos de bananas quando pela ração-tipo deveria comer 3 bananas por dia ou 1095 por ano.

Laranja: Em 1952 o Brasil produziu 6.460.000 laranjas o que daria *per capita* 0.12 de laranja.

Cebola: Em 1952 produzimos 135.000 kg ou seja *per capita* e por dia 8g 8.

Tomate: Produzimos em 1952 175.000.000 kg de tomates ou seja *per capita* e por dia 8g 8.

Batata doce: Produzimos em 1952, 831.000.000 kg ou seja *per capita* e por dia 42g quando a ração-tipo exige 200g.

Os dados acima transcritos, ora do Anuário Brasileiro de 1952, ora da Conjuntura Econômica (janeiro 1954) nos deixam bem esclarecidos quanto a gravidade da situação que atravessamos e nos permitem afirmar que não produzimos para o nosso próprio consumo. Além de comer pouco, o brasileiro ainda come mal, por falta de educação.

Em 1952, e creio que ainda continue assim, os legumes para o Grande Hotel de Belém eram transportados diariamente, por via aérea do Rio de Janeiro.

Para que se tenha idéia do valor da alimentação, vem de molde relatar uma experiência feita pelo Engenheiro RIVER, na construção da estrada de ferro, no Espírito Santo, referida por CASTRO BARRETO. Não se conformando, aquele Engenheiro com a fraca produtividade da nossa gente, em face da colônia italiana, que trabalhava naquela estrada, começou a procurar as causas que faziam com que um italiano desmontasse 2.5 a 3 metros de terra por dia, enquanto que o nosso compatriota não ia além de 1 metro a 1.5 metros, apesar do seu grande desejo de servir.

Resolveu êle então, instituir uma cozinha de campanha; mandou abater gado, comprou ovos e estabeleceu rações obrigatórias para os trabalhadores. O resultado foi que, no fim de pouco mais de uma semana, os caboclos baianos, cearenses, mineiros e espírito-santenses, não somente igualavam a capacidade dos italianos, como superavam-no, tirando 4 a 4.5 metros diários.

Examinando o quadro, constatamos que, nem mesmo o brasileiro residindo nas capitais e que recebe o salário mínimo, ganha o suficiente para se alimentar.

Por êste quadro e pela exposição feita, somos forçados a concluir que há fome no Brasil, sobretudo nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

HABITAÇÃO

Analizando o censo de 1940, na parte relativa a habitação, determinamos os coeficientes de habitação brasileiros, como consta do quadro seg. Esta análise foi feita não só para o Brasil em geral, como também para as cinco regiões fisiográficas e para cada um dos Estados.

Para que julguemos da nossa situação basta o quadro seguinte.

Apesar dos dados serem de 1940, os adotamos, porque a situação habitacional brasileira piora todos os dias. Assim em 1940 tínhamos 9.6 milhões de brasileiros superlotados e em 1950 tínhamos 11.6.

Pela análise feita constatamos que 65.2% das casas no Brasil são do tipo madeira — madeira, pau-a-pique, palha, adôbe etc. e que desta percentagem 82.5% se encontra no quadro rural.

Nas habitações do quadro rural encontramos 1.88 dormitórios por domicílio; 3.49 peças por domicílio; 2.74 pessoas por dormitório e 5.16 pessoas por domicílio. Neste quadro encontramos a maior percentagem de carência, 37% na zona rural.

Em 1952, de acordo com a Conjuntura Econômica, até setembro tinham sido licenciadas 48.000 obras (inclusive acréscimos e modificações) nos municípios das capitais com uma área de piso de 6.9 milhões de metros quadrados, cabendo 73% destas licenças ao Distrito Federal, São Paulo, Belo Horizonte, Niterói, Vitória, Cuiabá e Goiânia e ao Sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre) a maior área média por construção (151 m².)

Se tomarmos como área média 50 m² para cada casa, teríamos construído 138.000 casas; ora, crescendo a população do Brasil, em média de 1.100.000 pessoas por ano, necessitaríamos mais ou menos 200.000 casas por ano, vemos assim que teríamos um deficit de 62.000 casas por ano. Só para atendimento do crescimento vegetativo da população. No interior constrói-se pouco, infelizmente não temos dados estatísticos que nos possibilitem um estudo completo do assunto.

O deficit de casas no Brasil, considerando o que existe como bom é de aproximadamente 3 milhões de unidades, das quais cabem perto de 2 milhões ao quadro rural.

Todos os inquéritos realizados nas diversas regiões do país, nos revelam as péssimas condições de habitabilidade existentes. Se se trata das cidades aí estão as favelas do Rio de Janeiro e Vitória, as malocas em Porto Alegre, as vilas do Rio Grande e Pelotas, as invasões em Salvador, os educandos em Manaus etc., para que não seja necessário um grande esforço para estabelecermos o nosso julgamento.

Em se tratando do campo, o inquérito realizado no São Francisco, em 12 municípios, pode

ser estendido a todo o Brasil, pois serão encontradas as mesmas condições péssimas.

Neste inquérito constatou-se que apenas 18% das residências sedes das fazendas tinham banheiro e 12.85% W.C.

As casas, em geral, são de pau a pique, cobertas de palha e com pisos de terra socada.

Ora, a casa é para o trabalhador rural um elemento indispensável de trabalho, ela está ligada a terra e é nela que se constitui e desenvolve a família, elemento natural e fundamental da sociedade.

Do exame procedido em 12 municípios do vale do Rio São Francisco, tipicamente rurais, chegou-se ao seguinte resultado:

ESTRUTURA E CONDIÇÕES GERAIS DE CASAS RURAIS DE 12 MUNICÍPIOS DA ZONA ENCACHOEIRADA DO SÃO FRANCISCO

C H Ã O		COBERTURA		PAREDES			
NATUREZA	%	NATUREZA	%	NATUREZA	%	CLASSIFICAÇÃO	%
Batido.....	35.7	Telha.....	91.78	Madeira.....	4.59	Excelente.....	0.43
Tiolo.....	38.60	Palha.....	5.99	Tijolo.....	53.68	Bom.....	27.27
Terra.....	4.68	Não declarado.....	2.27	Taipa.....	0.41	Média.....	28.55
Alcoadoado.....	2.66	—	—	Sopapo.....	38.40	Pobre.....	31.64
Cimentado.....	8.47	—	—	Não declarado.....	2.78	Miserável.....	9.81
Taco.....	0.51	—	—	—	—	Não declarado.....	2.27
Não declarado.....	2.27	—	—	—	—	—	—

do mocambo. Quando foi iniciada pelo Prof. AGAMENON MAGALHÃES a campanha contra o mocambo, estes somavam 45.581; referindo-se, em 1950, ao assunto assim se expressa Coutinho de Barros, do SESI:

“A impressão, aliás, dos que tomam contato com o problema da habitação proletária é de que as suas condições estão piorando cada vez mais.”

Isto se verifica porque só se pensou em construir na cidade e o campo continuou abandonado a sua própria sorte.

Constata-se em Recife que 50% do operariado provém do interior do Estado, 14% de outros Estados e 36% da própria Capital.

Em Pôrto Alegre a Municipalidade criou um Departamento de Habitação Popular que está trabalhando eficientemente, em colaboração com a Fundação da Casa Popular. No entanto, a procura de casas continua com grande intensidade, porque não se atendeu ao campo.

Atualmente sobe a mais de 12.000 o número de pessoas que, no Rio Grande do Sul, abandonam o campo para se fixarem na capital.

Analisando a população das Malocas, em Pôrto Alegre, constatou o Prof. LAUDELINO MEDEIROS que a maioria da sua população provinha do interior.

Construindo nas cidades, repetimos, sem que se cuide concomitantemente da situação do rural, estaremos agravando o problema.

Pelos dados abaixo se constata que o chão das casas rurais do retângulo, é de 47%, constituído de terra solta ou chão batido, sendo desprezível a percentagem das casas com chão coberto de tacos. As paredes, ora são de barro amassado, ora de tijolo rudimentarmente feito nas olarias das imediações, 70% de todas as residências foram classificadas abaixo da média.

Dispondo o rural de terreno, por falta de educação, vive num ambiente de ar confinado e na mais absoluta promiscuidade, não só com as pessoas da família, como também com os animais.

Inquérito realizado pelo SESI em Recife, publicado em 1950, nos revela as péssimas condições de habitação do operário naquela Capital, agravado hoje, com o “quartinho”, dependência

Pelo Decreto n.º 33.427, de 30 de maio de 1953, o Governo Federal possibilitou às Prefeituras Municipais entendimento com a Fundação da Casa Popular e Institutos de Previdência Social, no sentido de facilitar a construção da “casa”.

Ficou faltando, porém, a criação do órgão de coordenação entre as diversas entidades.

A ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural) acaba de assinar um convênio com a Fundação da Casa Popular e o Banco do Nordeste do Brasil, para a construção de casas rurais.

Esboçada assim a situação de Habitação no Brasil, analisaremos a situação do Vestuário.

III — VESTUÁRIO

Sobre este item não temos muitos dados. Graças ao nosso clima, porém, em grande parte do País, não é assunto de grandes preocupações.

A julgar porém pelo poder aquisitivo do brasileiro e pelo custo do vestuário, concluímos ser precária a situação.

Se analisarmos a distribuição do salário mínimo nos anos de 1943 e 1950, constataremos que houve um aumento geral, aumento este que na Região Sul atingiu a 14.14% na rubrica Vestuário.

Na própria Capital da República, em 1951, um operário só podia, segundo a Conjuntura Eco-

nômica, adquirir por ano, vestuário de acordo com o quadro abaixo.

TIPO	UNIDADE
1. Terno.....	1/2
2. Capas de "shantung".....	1/5
3. Calças.....	1/2
4. Camisas.....	2
5. Cuecas.....	3
6. Camisetas.....	3
7. Pijamas.....	1
8. Meias.....	6
9. Lenços.....	3
10. Sobretudos.....	2
11. Toalhas de rosto.....	2
12. Toalhas de banho.....	1
13. Gravatas.....	2
14. Cintos.....	1/4
15. Sap. passeio/par.....	1
16. Sap. trabalho/par.....	2
17. Rep. de calçado.....	2

Isto se constatava no Distrito Federal em 1951, e para o indivíduo sem família.

INSTRUÇÃO

Neste setor as dificuldades do rurícola são enormes. Não temos escolas primárias na zona rural e muito poucas escolas profissionais.

No Estado de São Paulo constata-se que cabe uma unidade escolar primária para cada 375,68 habitantes das cidades, enquanto que para a população rurícola, toca uma unidade para cada 1.242,25 indivíduos.

No município de Crato, Ceará, temos uma professora para cada 147 crianças em idade escolar e o Município pior servido por escolas estaduais é Nova Russas com 1 professora para 1.132 crianças em idade escolar. (Escola Rural no Município — José Stênio Lopes).

PASCHOAL LEMME — Estudos de Educação, nos diz que:

1.º) Quase metade das crianças brasileiras em idade escolar (7 a 12 anos) ainda não se matricularam em escolas primárias.

2.º) Das que se matriculam, muito reduzido é o número das que conseguem freqüentar regularmente as escolas e concluir os respectivos cursos, abandonando a maior parte o ensino antes de terem adquirido um preparo mínimo que lhes permita fazer face às exigências mais elementares da vida.

3.º) Tal situação apresenta acentuada variação em relação às diversas unidades federadas do país e também entre as zonas urbanas e rurais.

"A causa geral dessa situação não exige uma análise muito profunda do problema para ser devidamente localizada. Reside, sem dúvida, nas condições de atraso econômico em que ainda se encontra o país, trazendo como conseqüências imediatas e em perfeita correlação aliás, de um lado, a manutenção de grandes contingentes de nossas populações, especialmente das zonas rurais, em situação tal de miséria que a escola primária, mesmo quando existe, se torna um luxo, fora de suas possibilidades, e de outro, a exigüidade das rendas públicas, impossibilitando uma ampliação significativa das oportunidades de educação ele-

mentar, pela criação de maior número de escolas, devidamente aparelhadas para ministrar ensino adequado às necessidades reais das comunidades a que devem servir."

Examinando as nossas estatísticas verificamos que nem 10% das crianças que se matriculam nas escolas primárias conseguem concluir os respectivos cursos.

Em 1941 no quadro urbano existiam no 1.º ano das escolas primárias 666.507 crianças, chegaram ao 5.º ano 39.920, no quadro rural de 807.948 crianças matriculadas no 1.º ano, só chegaram ao 5.º ano 1.866.

Em 1945, não houve em São Paulo escolas para 1.919.782 habitantes analfabetos de 7 a 39 anos.

Em 1950 a percentagem de analfabetos no Brasil era de 57.34% e nas capitais 26.37%. No Estado de Alagoas encontramos a maior percentagem 79.75% e na Serra dos Aimorés 81.69%.

Da percentagem média geral 26.8% é de homem e 30.5% de mulheres, sendo que no quadro urbano a percentagem é de 26.9%, no quadro suburbano 44.3% e no quadro rural 72.3%!

Em municípios como Frade, Campos Sales, Saboeiro (Ceará) a densidade das escolas estaduais é de uma para 517, 484 e 423 quilômetros quadrados.

Com relação a despesa com ensino elementar, em 1951, a União despendeu Cr\$ 15.716.000, Estados e Distrito Federal. Cr\$ 2.401.046.000 e Municípios Cr\$ 450.869.000 num total de Cr\$ 2.867.631.000.

Voltando ainda à situação rural, no inquérito feito no vale do São Francisco, constatou-se que, para os 12 municípios figurantes no inquérito, foram obtidos os seguintes resultados: 37.98% de analfabetos; 55.42% semi-analfabetos ou sabendo ler e escrever; 6.14% com educação ginasial; 10.44% sem resposta declarada; 93.40% de todos os lavradores ouvidos se declararam analfabetos, semi-analfabetos ou possuindo instrução rudimentar.

Os dados acima nos dão uma triste demonstração da nossa situação e nos fazem compreender a razão do atraso em que vivem as nossas comunidades rurais. Um povo sem cultura não pode ter necessidade nem desejo, e, conseqüentemente não tem motivos para se esforçar.

E' necessário porém que a escola rural, seja tal que se adapte ao meio e que não seja uma escola urbana no meio rural, isto é, que não seja mais um meio de urbanização do quadro rural.

Nos Estados Unidos também se observa que a Escola não se adapta ao meio rural.

Sobre o assunto assim se expressa SCHMIEDER E.A. *Better Rural Life*, págs. 12-17, citado em *La Cristianizacion de la vida rural*:

"A educação nas escolas rurais é muitas vezes urbana. O ensino que nelas se professa prepara mais para a vida nas cidades do que na campanha. Muitos dos livros

utilizados tendem a endeusar a vida da cidade e furtar a juventude do campo. Mestres de mentalidade urbana, consciente ou inconscientemente, promovem o êxodo para as cidades. Em geral, a educação ministrada nas escolas rurais não consegue despertar, naqueles que ficarão no campo, carinho e compreensão pela vida sobre a terra e não os habilita com os conhecimentos necessários para dirigir com êxito uma exploração rural."

Na educação rural se devem proceder a mudanças radicais. Esta educação deve despertar nas crianças o amor pela terra e fazê-los compreender quanto digna é a vida do rurícola. Também devem ser ministradas as artes domésticas, sobretudo às mulheres, como elemento de fixação do homem ao campo.

"O lar rural deveria ser o laboratório da educação rural".

"Será sobretudo a escola que se torne centro de atividades da comunidade rural atraindo as famílias e os adultos em geral à sua influência orientadora, e foco de irradiação de sugestões e exemplos, no que diz respeito a conduta coletiva, sob o ponto de vista de higiene, da alimentação, do civismo etc. A todos os ensinando, em suma, a viver melhor e a organizar os seus próprios processos espiritual e econômico. (A tarefa da Educação Rural — Prof. RENATO MESQUITA).

Como bem acentuou o Prof. CARNEIRO LEÃO:

"Sem a solução concomitante do problema da saúde, do problema da instrução, do problema do conhecimento e do domínio da terra, do problema cultural e social, a escola será nociva senão danosa."

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA

Não cabe nesta breve exposição das condições de vida do nosso rurícola um exame detalhado deste item, de capital importância.

E' do conhecimento de todos que o nosso rurícola vive verminado, parasitado pelo nerátor, sem quase nenhuma assistência. Aí está o progresso feito pela esquistossomose mostrando êste fato e o quisto-hidático no Rio Grande do Sul.

Analizando os nossos dados estatísticos constatamos que, apesar do muito que se tem feito, ainda as nossas condições de assistência são precaríssimas sobretudo no interior.

Em 1948, era o seguinte o número de médicos pelas diversas regiões:

REGIÕES	POPULAÇÃO		N.º DE MÉDICOS		MÉDICO P/HABIT. 100	
	CAPITAIS	INTERIOR	CAPITAIS	INTERIOR	CAPITAIS	INTERIOR
Norte.....	360.699	1.272.873	3.122	91	1/1000	1/13.900
Nordeste.....	1.020.222	10.007.439	1.105	604	1/930	1/16.700
Leste.....	2.700.019	14.465.153	6.910	2.654	1/435	1/5.450
Sul.....	1.962.663	12.362.863	3.510	3.331	1/560	1/750
Centro-Oeste.....	114.019	1.279.828	61	202	1/1870	1/630
TOTAIS.....	2.173.602	39.388.156	11.198	6.882	1/550	1/5.700

Pelo quadro acima se verifica que no interior e sobretudo o quadro rural tem, em média, 1 médico para cada 5.700 habitantes, enquanto que, nas capitais há um médico para cada 550 habitantes.

Em 1948, Pernambuco possuía um leito para cada 507 pessoas, São Paulo um leito para 168, Rio Grande do Sul, um para 182, Santa Catarina e Pará um para 260, Amazonas um para 282, Paraná um para 241, Rio de Janeiro um para 307, Mato Grosso um para 315 e Minas Gerais um para 314 pessoas.

Neste ano Pernambuco tinha um médico para cada 4003 pessoas.

Note-se que os hospitais estão localizados, em geral, nas capitais; conseqüentemente, o quadro rural fica completamente desassistido.

Em 1951 o Brasil possuía 171.237 leitos para uma população de 53 milhões de habitantes o que dá, em média 1 leito para 310 habitantes. Dêste número de leitos apenas 2.676 se destinam às crianças e 17.074 para tuberculosos dos quais 11.364 se encontram nas capitais.

Ainda em 1948, e hoje a situação não deve ter mudado muito, encontramos na Região Norte 70.26% dos Distritos Municipais sem médico, na Região Nordeste 74.10%, na Região Este 62.21%, na Região Sul 47.77% e na Região

Centro Oeste 65.81%. Para média geral encontramos que 61.47% dos Distritos no Território Nacional não tinham médico.

Esta situação explica a proliferação de uma série de doenças e a nossa taxa de mortalidade.

Transcrevemos o seguinte da Conjuntura Econômica de fevereiro de 1953:

"No entanto, acreditamos que a medicina atua como uma ação reflexa, pois é lógico que a sua influência está na decorrência da sua difusão e conseqüente utilização por mais vastas camadas da população. Ora, êste fato está na dependência do levantamento do nível econômico e social da própria população. Para compreensão dêste ponto não será fora de propósito lembrar as palavras de ROGER LEE e LEWIS WEBSTER JONES, no relatório "The Fundamentals of Good Medical Care."

Saúde Pública é uma comodidade que pode ser comprada, mas sua aquisição pressupõe um desejo de comprá-la, a disposição como também o desejo, de a pagar, e é preciso que haja uma certa compreensão do valor daquilo que está sendo comprado.

A preservação da saúde depende tanto dos consumidores de serviços médicos, como dos praticantes da medicina."

PODER AQUISITIVO

O poder aquisitivo do nosso povo é em geral muito baixo.

A renda nacional foi, em 1952 de 298.3 bilhões de cruzeiros o que dá em média *per capita* Cr\$ 455,90 por mês. E' com prazer que constata-

mos que esta renda vem melhorando de ano para ano. Apesar desta melhora ainda a renda é baixa e analisando diversos itens encontramos a explicação para um sem número de dificuldades que diariamente encontramos.

A conclusão a que se chega é que o trabalhador urbano ou rural, não ganha nem mesmo para satisfação do "mínimo social".

Constatou-se, por exemplo, que cada nordestino só compra Cr\$ 356,00 por ano! Nos 50.288 estabelecimentos varejistas existentes na região em 1949, foram vendidos 89.562 cruzeiros de mercadorias.

Em 1951, mais de 1/4 dos industriários cariocas percebiam remunerações inferiores "ao mínimo social". O Salário médio do operário do Distrito Federal correspondia a pouco mais de 140% do "mínimo social" "percentagem esta que, além de fundamentada num padrão de vida baixíssimo, não considera a possibilidade do trabalhador sustentar a família".

Analisamos os dados fornecidos pelo Censo dos Comerciantes em 1948 e, constatamos que, mesmo no Rio de Janeiro e em São Paulo respectivamente, 68.3% e 75.3%, dos segurados do I.A.P.C., não podiam pagar um aluguel de casa de Cr\$ 355,00 e que, em Sergipe esta percentagem atinge a 97.1%.

Analisamos, também, a situação dos industriários e a encontramos muito pior, apesar de termos considerado o salário mínimo acrescido de 33%.

O inquérito sobre Padrão de Vida, realizado pela Comissão de Bem-Estar Social, nos revela que sempre a despesa é maior do que a receita.

Mesmo considerando a ração-tipo, o trabalhador brasileiro não ganha para pagá-la. Situação esta agravada pela sua falta de educação que lhe não permite utilizar eficientemente os recursos de que dispõe.

Se os salários pagos nas cidades são insuficientes para o atendimento das necessidades do homem, pior situação é encontrada na zona rural. Do inquérito realizado pela Comissão Nacional de Política Agrária resultou um maior conhecimento da situação.

De acordo com os comentários feitos pela Conjuntura Econômica, podemos transcrever os seguintes resultados:

De acordo com os dados fornecidos, se pode apresentar o seguinte quadro, relativo a 1.122 Municípios.

FORMAS DE PAGAMENTOS	MUNICÍPIOS INFORMANTES	
	N.º absolutos	%
<i>Preferência por:</i>		
Salário a seco.....	433	38.6
Salário com alimentação.....	110	9.8
Salário com direito a casa, lenha etc.....	26	2.3
Concomitância de duas ou de todas estas formas de salários.....	553	49.3
TOTAL.....	1.122	100,00

85% dos informantes, declararam salário a seco, de Cr\$ 11,00 a Cr\$ 15,00 diários, e, de acordo com as informações se pode apresentar o seguinte quadro:

REGIÕES	INQUÉRITOS DA C.N.P.A. 1952 CLASSES DE SALÁRIO	
	A seco	Com alimentação
Norte.....	16/20 26/30	11/20
Nordeste.....	11/20	11/15
Leste.....	11/25	16/20
Sul.....	26/30	16/25
Centro-Oeste.....	16/25	11/15
MÉDIA GERAL.....	16/20	11/15

Como se constata, os maiores salários são pagos no Amazonas e na Região Sul, o que justifica a preferência dada pelas migrações internas.

PREÇOS

Em consequência da fraca produtividade no Brasil e da constante depreciação da moeda e da má distribuição dos produtos, os preços das utilidades sobem quase que diariamente e, como é óbvio, os salários não os acompanham.

Consultando os elementos fornecidos pela Divisão de Estatística e Divisão Social da Prefeitura de São Paulo, e tomando por base o ano de 1939, constataremos que para uma família de 5 membros, a situação era e é a que representa o quadro abaixo:

M E S E S	1939 Cr\$	1952 Cr\$	1953 Cr\$	PERCENTAGEM DE AUMENTO
Setembro.....	374.80	2.289,80	—	610.9%
Outubro.....	289.70	2.283,80	—	586.0%
Novembro.....	390.80	2.311,80	—	591.6%
Dezembro.....	358.70	2.311,80	—	591.6%
Janeiro.....	380.00	—	2.457,00	—
Fevereiro.....	377.50	—	—	—

Este acréscimo de custo de vida é conseqüente não somente a desvalorização da moeda como também à raridade dos produtos.

Tomando janeiro de 1939 para índice 100, em 1953, os preços de alguns gêneros alimentícios eram os seguintes:

VAREJO — PREÇOS DE JANEIRO DE 1939 = 100

ARTIGO UNIDADE	PREÇO Cr\$	ÍNDICE Cr\$
<i>Açúcar</i>		
União (kg).....	5,40	415
<i>Arroz Agulha Amarelo</i>		
Regular.....	9,00	643
<i>Cebola</i>		
Do Estado (kg).....	9,00	900
<i>Farinha</i>		
De mandioca (kg).....	6,00	600
<i>Feijão</i>		
Mulatinho claro (kg).....	9,00	900
<i>Frutos</i>		
Tomate de 1.ª (kg).....	8,00	1.000
<i>Legumes</i>		
Vagem manteiga (kg).....	14,00	1.167
<i>Raízes</i>		
Mandioca salsa (kg).....	8,00	1.000
<i>Verduras</i>		
Agrião.....	5,00	2.500
<i>Carne</i>		
Carne de 1.ª (kg).....	22,00	846

A simples comparação dos índices nos mostra que o aumento não foi constante, isto é, não foi devido apenas à desvalorização da moeda e sim à falta do produto, ou seja, uma consequência do abandono do campo. Os salários não aumentaram na mesma proporção dos preços, o que explica os deficits encontrados na rubrica alimentação. Se o fenômeno se apresenta com esta inten-

sidade em São Paulo, que é o Estado líder, bem se pode concluir sobre o que se passa no resto do Brasil. Tomando como referência o Rio Grande do Sul, Estado de grande desenvolvimento agrícola, encontramos os seguintes preços na Bôlsa de mercadorias de Pôrto Alegre 1941-52. (Anuário Estatístico do Brasil — 1953, pág. 319).

GÊNEROS	UNIDADES A QUE SE REFEREM AS COTA- ÇÕES	COTAÇÃO MÉDIA, NO DISPONÍVEL				
		NÚMEROS ABSOLUTOS Cr\$			ÍNDICE 1941 = 1. ^a	
		1941	1945	1952	1945	1952
Arroz agulha de primeira.....	60 kg	77.19	144.80	304.56	188	395
Arroz "blue-rose" de primeira.....	60 kg	68.96	128.92	242.07	187	351
Banha.....	kg	3.39	5.50	14.50	162	428
Batata branca.....	50 kg	26.73	64.88	88.46	243	331
Cebola enrestrada, de primeira.....	kg	2.32	2.53	1.69	109	73
Farinha de mandioca, pura.....	50 kg	17.67	38.04	128.04	215	725
Feijão preto.....	60 kg	38.66	61.00	235.37	158	609
Milho amarelo.....	60 kg	21.70	67.92	119.44	313	550

Tomemos agora o preço de alguns gêneros alimentícios nos municípios das capitais no período 1938-52.

Este quadro nos mostra que houve variações substanciais de preços que, comparadas com o aumento do salário-mínimo, havido nos últimos anos, nos mostra a impossibilidade de poder o nosso povo alimentar-se convenientemente.

Estas variações de preço explicam por que a Comissão Nacional de Bem-Estar Social, ao determinar aspectos do padrão de vida de famílias de operários industriais, encontrou que os recursos

médios por família e por pessoa eram menores do que a despesa.

VIDA MÉDIA

Como consequência da má alimentação, das más condições de habitação, da falta de assistência médico-sanitária, somos um povo de vida média baixa. Conquanto, não tenhamos elementos para avaliar a média de vida no Brasil, sabemos que em São Paulo, ela é de 49 anos e no Rio de Janeiro de 53 em 1950, enquanto que na Ho-

CAPITAIS	AÇÚCAR-kg Cr\$			CARNE DE VACA kg-Cr\$			CHARQUE			LEITE-Cr\$ lt.		
	1938	1945	1952	1938	1945	1952	1938	1945	1952	1938	1945	1952
Pôrto Velho.....	—	—	7.10	—	—	10.00	—	—	22.30	—	—	15.00
Rio Branco.....	—	4.22	8.00	—	5.00	16.20	—	16.75	29.70	—	2.96	6.20
Manaus.....	1.30	3.23	6.80	1.70	4.42	17.50	4.20	12.46	27.90	1.00	2.50	4.30
Boa Vista.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Belém.....	1.40	3.27	5.40	1.60	5.00	13.00	4.00	11.48	27.10	1.30	2.49	6.00
Macapá.....	—	—	6.00	—	—	10.00	—	—	26.70	—	—	3.30
São Luiz.....	1.30	3.36	5.80	2.00	4.33	11.30	3.80	11.13	24.30	1.50	2.00	6.00
Teresina.....	1.50	4.03	5.80	1.90	5.96	10.30	3.30	13.83	26.30	1.40	1.98	6.00
Fortaleza.....	1.70	2.98	6.00	2.30	6.23	15.30	3.60	11.67	24.90	1.10	1.77	4.40
Natal.....	1.30	2.85	4.90	2.40	8.83	16.00	3.90	11.34	23.30	1.30	2.50	4.00
João Pessoa.....	1.20	2.45	4.30	1.90	6.92	11.80	3.70	12.00	23.40	1.20	2.03	4.90
Recife.....	1.10	2.62	5.10	2.20	7.37	12.80	3.80	10.18	24.40	1.20	2.40	4.50
Maceió.....	1.10	2.26	5.00	2.20	6.62	15.80	3.70	12.10	25.00	1.20	1.88	5.00
Aracaju.....	1.10	2.26	—	2.00	6.63	—	4.20	12.98	—	1.00	2.00	—
Salvador.....	0.80	2.28	4.70	2.00	4.90	15.20	3.90	11.74	22.70	1.20	2.15	4.90
B. Horizonte.....	1.40	3.00	—	2.00	5.94	—	4.00	12.13	—	0.70	1.23	—
Viçosa.....	1.30	2.90	5.40	1.80	4.00	13.00	3.40	10.67	24.20	1.00	1.24	3.30
Niterói.....	1.30	2.30	2.50	2.30	5.90	18.30	5.50	10.52	23.60	0.80	1.58	3.40
R. Janeiro D.F.....	1.20	1.45	5.30	2.00	3.50	21.10	3.80	8.50	21.60	0.90	1.65	4.40
São Paulo.....	1.40	2.57	5.40	2.50	5.79	21.00	3.60	9.20	22.60	1.20	1.77	3.70
Curitiba.....	1.20	3.02	5.60	2.10	4.80	15.00	3.60	10.21	18.00	0.90	1.52	4.00
Florianópolis.....	1.50	3.09	6.20	2.20	4.50	11.40	3.70	11.33	22.40	0.90	1.30	3.00
Pôrto Alegre.....	1.50	3.23	6.30	2.00	3.10	7.00	3.10	7.97	14.00	1.00	1.40	3.00
Cuiabá.....	1.70	3.80	5.60	1.50	5.10	11.30	2.90	—	—	1.50	3.53	6.00
Goiânia.....	1.90	3.46	4.70	2.00	6.10	12.30	2.50	12.07	30.00	0.80	1.78	2.80

landa, ela é de 65,70 anos, Austrália 65,26, nos Estados Unidos 61,38 na Alemanha 61,26 etc.

Ainda entre nós, como veremos adiante, os coeficientes de mortalidade são altos.

Não devemos esquecer que um homem representa um capital e que a força de uma Nação está nos seus homens.

LETALIDADE INFANTIL

Sir ARTHUR NEWSHOLME declarou "a mortalidade infantil constitui o índice mais sensível do bem-estar social e da assistência sanitária."

"No vértice dos interesses vitais das coletividades e dominando os interesses individuais destaca-se, justamente, o acautelamento da infância,

mañancial, para cada país, da verdadeira riqueza, não já como gesto de caridade ou rasgo de filantropia, senão como suprema expressão do patriotismo, preocupação incessante de todo o cidadão que aspira para seu torrão nativo soberania e pujança, isto é, alinhamento condigno no conceito das nações. (Dr. A. DUPRAT — *Mortalidade Infantil* — 1930).

Infelizmente, entre nós, ainda são muito elevados os coeficientes atuais, apesar de virem diminuindo de ano para ano.

Os coeficientes de mortalidade infantil em algumas capitais são os seguintes:

MORTALIDADE INFANTIL EM ALGUMAS POPULAÇÕES BRASILEIRAS

UNIDADE POLÍTICA OU ADMINISTRATIVA	PERÍODO	PROPORÇÕES DOS FALE- CIDOS NO 1.º ANO DE IDADE SOBRE 1000 NAS- CIDOS VIVOS
Estado de São Paulo.....	1939-41	159,58
Int. Estado de São Paulo.....	1939-41	162,72
Município de São Paulo.....	1931-41	137,82
Município de São Paulo.....	1946-48	86,05
Estado de Santa Catarina.....	1938-40	101,00
Distrito Federal.....	1939-41	159,30
Distrito Federal.....	1949-51	97,16
Município de Recife.....	1939-41	272,32
Município de Salvador.....	1939-41	206,30
Município de Porto Alegre.....	1939-41	180,20
Município de Porto Alegre.....	1948-50	107,26
Município de Belo Horizonte.....	1939-41	160,95
Município de Belém.....	1939-41	159,48
Município de Belém.....	1948-50	110,96
Município de Fortaleza.....	1947-49	236,10

Nos últimos 10 anos São Paulo, o Estado líder, teve um prejuízo de 380.000 crianças.

Um dos países onde é menor a mortalidade infantil é na Suécia que era de 200% em 1750 e chegou a 58% em 1938.

Mesmo nos Estados Unidos a mortalidade infantil rural é maior do que a urbana, isto é, em consequência de maior assistência médico-sanitária nas cidades e um mais elevado nível cultural.

Por falta de médico e assistência no interior, morrem muitas crianças e outras se criam sempre doentes, elevando o coeficiente de morbidade.

De 1949 a 1951 o Brasil perdeu, só nas Capitais 90.500 crianças de menos de 1 ano sem contar com a mortalidade em Recife em 1950 e 1951, sendo que em 1949 a mortalidade foi de 4.610 crianças.

São Paulo perdeu em 1949, 1.908 crianças de menos de 1 ano, em 1950, 5.701 e em 1951, 6.406.

Rio de Janeiro perdeu em 1949 5.415 crianças, em 1950 5.782 e em 1951, 5.950, de menos de 1 ano.

Num interessante estudo sobre a Mortalidade Infantil no Rio Grande do Sul, POLI M. ESPÍRITO nos mostra que a mortalidade infantil, é maior nas zonas onde há pouco leite, é maior na região da pecuária do que em região onde predomina a pequena propriedade agrícola, nas primeiras é também maior o coeficiente de mortalidade por tuberculose e menor o índice vital, é maior nas

zonas industriais, que ela varia na razão inversa da assistência hospitalar, que os coeficientes de mortalidade infantil são mais elevados onde a densidade de população é muito alta ou muito baixa, e mais reduzida nos municípios de densidade média.

Estas conclusões deveriam ser meditadas pois o futuro do Brasil depende da saúde das suas crianças.

CONSEQUÊNCIAS

Como consequências das péssimas condições de vida do nosso rurícola, resulta o abandono dos campos, com a conseqüente diminuição da nossa produção, e o crescimento turbilhonante das nossas cidades.

Com relação a nossa produção, enquanto a nossa população aumenta na percentagem de 2.5% ao ano a nossa produção em 1952 "permaneceu praticamente estacionária, isto é, apresentou-se com um aumento real inferior a 1%. Alguns aspectos negativos foram constatados. Assim a área de plantio de algodão diminuiu de 17%, e o rendimento cultural do café (10 kg/ha em média) também contribuiu fortemente para que o computo geral das safras não indicasse melhores resultados."

A renda rural foi, em 1952, de acordo com as estimativas realizadas pela Equipe da Renda Nacional, no Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, avaliada em 105 bilhões de cruzeiros — a Região Brasil Central contribuiu com aproximadamente 70 bilhões, ou seja 66.3% do total, a Região Sul participou com 14%, o Nordeste com 18% e a Região Amazônica com apenas 1.7%.

"No que respeita aos setores de produção, a lavoura dominou 68.6% do produto bruto das atividades rurais; a produção animal 24.4% e a produção extrativa vegetal 7.0%.

Diz a Conjuntura Econômica de janeiro de 1953: "Em vista das razões apontadas no parágrafo anterior, embora, se prevendo acréscimo na produção de origem animal e correções para mais no valor das colheitas é viável que a participação percentual das atividades rurais no cômputo total da renda nacional tenha diminuído."

"O confronto das cifras do *quantum* produzido em 1953 com as de 1952 indica que, no total, as colheitas tiveram apenas um aumento de 0.9% embora as culturas destinadas a alimentação houvessem acusado 5.4% de acréscimo. O *quantum per capita*, no global, declinou de 1.3% em relação a 1952, apesar das safras para alimentação experimentarem uma melhoria *per capita* da ordem de 3%.

Em 8 de abril de 1952, Sua Excelência o Senhor Presidente da República pronunciou as seguintes palavras:

"O aumento da nossa produção não tem acompanhado o crescimento da população brasileira, e a população está crescendo mais depressa do que a produção alimen-

tar. A média anual de crescimento da população brasileira é de cerca de 3%.

A nossa produção, entre os anos de 1945 a 1950, cresceu na média anual de 4.9%. Enquanto isto, o nosso consumo aumentou na média aproximada de 9%.

Essas percentagens definem um dos aspectos mais importantes da crise econômica do país. A população consome muito mais do que produz."

Ainda, de Sua Excelência, na mesma ocasião, são as seguintes palavras:

"O crescimento anual de 4.9%, a que me referi, diz respeito à produção nacional no seu conjunto, isto é, somada a produção agrária e industrial. Mas se isolarmos a primeira o quadro é ainda mais desolador."

De 1940 a 1950, o número de estabelecimentos agropecuários, no Estado do Rio de Janeiro, passou de 48.389 a 40.654. A área total das propriedades equivalia em 1950 a 76.3% da superfície total do Estado com 3.177.014 ha, contra 79.6% e 3.316.043 ha, em 1940.

De 1872 a 1900 a população do Estado de Alagoas cresceu ao ritmo de 2.6% ao ano; nos 50 anos seguintes, a taxa caiu para 1.4%. Levando em conta a natalidade nesse Estado, somos forçados a concluir pela deteriorização constante das condições de vida locais. No Ceará, em 1920, a população agropecuária representava 77.6% do total e em 1950, 75.7%.

E assim poderíamos transcrever um sem-número de dados que nos mostram a evidência, a transformação por que estamos passando.

O abandono do campo, em favor do crescimento das cidades, sem que se tenha modificado a nossa estrutura agrária, traz conseqüências desastrosas para o país sob todos os aspectos. De um modo geral, emigram os homens válidos e sobretudo as mulheres, ficando no campo os incapazes, resultando daí casamentos em péssimas condições e a conseqüente deteriorização da população.

Nos últimos anos tem-se observado um aumento considerável do número de degenerados no mundo todo.

Segundo um relatório oficial, apresentado pelo Presidente Hoover, entre a mocidade americana, abaixo de 21 anos, 1.360.000, apresentaram defeitos da língua e ouvidos; 1.000.000, padece do coração; 875.000, são ineducáveis, ou têm tendências criminais; 450.000 são atrasados.

A este número se deve acrescentar uma grande quantidade de anormais, do ponto de vista intelectual, moral e físico, os histéricos, todos aqueles atingidos por moléstias nervosas e mentais e que não podem ter uma progenitura normal.

Tal era a situação nos Estados Unidos, situação esta que só se manifestou com esta gravidade, depois da extraordinária expansão industrial que hipertrofiou as grandes cidades americanas.

"Confrontando os múltiplos informes fornecidos pelas estatísticas demográficas e econômicas, observações de historiadores e sociólogos, assim como os dos biólogos e médicos psiquiatras, chega-se a constatação de uma evidência estarrecidora, de que as grandes cidades, drenando

para elas de um modo contínuo os indivíduos válidos, produzem rapidamente o acréscimo do número de degenerados mentais, não somente nos centros urbanos, mas, também, e sobretudo, nas zonas rurais."

"Decréscimos das elites e acréscimos do número de degenerados mentais, são os dois polos, indissolúvelmente ligados, de um mesmo fenômeno social. Tudo o que a cidade ganha em qualidade, a zona rural o perde e com maior prejuízo, não há compensação entre os lucros de uma e as perdas da outra; porém, à medida que a urbanização é mais intensa, as perdas superam os lucros, até o dia em que a ruptura do equilíbrio social acarreta a queda."

A zona rural é o celeiro, em homens, das cidades; se este celeiro se deteriora, haverá dentro de poucos anos o perecimento das elites, o que provocará o desmoronamento da nossa civilização.

E' de fato por demais observado que se não fora a contribuição dos campos as cidades desapareceriam na terceira geração.

Observação feita nos Estados Unidos e citada por L. LYNN SMITH — Sociologia da vida rural — nos mostra que: a população rural se reproduz muito mais rapidamente do que a urbana; que é necessário que hajam 444 crianças de menos de 5 anos para cada 1000 mulheres de menos de 20 a 44 anos, inclusive, se a população quiser se conservar no mesmo nível; que a fecundidade diminui na proporção do crescimento das cidades, que os ápices de fecundidade humana são encontrados nos distritos; que à medida que os distritos rurais se aproximam das cidades diminui a fecundidade.

Comparando dados, verifica o mesmo autor que a "fecundidade das áreas algodoeiras do sul é muito baixa, o que levanta uma série de interrogações que não podem ser respondidas no estado atual dos nossos conhecimentos sociológicos; mas que parecem indicar pelo menos, que o sistema industrial de agricultura pode reduzir a natalidade, da mesma forma que na indústria."

Aí fica a interrogação para ser respondida no tempo.

Nos seguintes países, em 1939, eram os baixos transcritos os coeficientes de natalidade nas respectivas capitais e em todo o país.

PAÍ S		CAPITAIS	
França.....	14.6	Paris.....	12
Reino Unido.....	16.0	Londres.....	13.6
Alemanha.....	20.3	Berlim.....	16.4
Áustria.....	20.9	Viena.....	15.3
Estados Unidos.....	17.2	Washington.....	14.5
Japão.....	27.8	Tóquio.....	26.0

Os indivíduos de elite abandonam o campo e vêm para as cidades e não se reproduzem em quantidade suficiente para manterem sua descendência — esta é cada vez menos fecunda e se extingue pela esterilidade, no fim de um certo número de gerações. E' necessário apelar, constantemente, para o campo, para manter o nível intelectual e demográfico das grandes cidades e

assegurar o recrutamento das elites urbanas que dirigem o país.

Inquéritos procedidos na Europa e nos Estados Unidos, nos mostram as trágicas consequências no abandono dos campos e das concentrações urbanas. Eis as conclusões de um inquérito inglês:

"E' possível e mesmo provável que a elevação da taxa de deficiência mental nos distritos rurais, seja devida ao fato de que o homem provenha de duas outras gerações de indivíduos de nível mental enfraquecido, que ficaram nestes distritos; o que é deveras inquietante. Segundo todos os dados científicos em nosso poder as leis da hereditariedade são as mesmas, quer para a transmissão de características intelectuais, quer para a dos traços físicos."

"Os efeitos acumulados de indivíduos de baixo nível intelectual, conduzem inevitavelmente ao aumento da deficiência mental. Talvez pela primeira vez na nossa história, a repartição da população, devido ao fenomenal desenvolvimento industrial do século passado, provocou o nascimento de um grande número de indivíduos provindos de país de nível intelectual muito baixo."

MIGRAÇÕES INTERNAS

Como resultante imediata das deficiências acima apontadas o nosso rurícola tem baixíssimo padrão e nível de vida, e conseqüentemente migra em busca de melhores condições.

Estas migrações se verificam do campo para as cidades ou do campo para outras regiões também agrícolas.

O recenseamento de 1940, contou na época 3.4 milhões de deslocados, ou seja, 8% do total de brasileiros natos, que não se encontravam nos seus Estados de origem. E' uma percentagem alta. Estados havia em que a taxa de deslocados era enormemente elevada, como no Rio de Janeiro, 21%; Acre 15%; Piauí, Alagoas e Sergipe, cada um 13%; Minas Gerais e Paraíba, ambos com 11%.

Nos últimos 10 anos, pelo menos 450 mil brasileiros, não cariocas, entraram no Distrito Federal, ou seja, 70% dos existentes, em 1940; e no mesmo período entraram em São Paulo, 710 mil trabalhadores nacionais, provindos de outros Estados.

Em 1950 constata-se que o número de brasileiros deslocados se eleva a 5,206 milhões ou seja 10.28% do total. As percentagens dos Estados mais atingidos são Rio de Janeiro 21.06%. Alagoas, 16.81%, Espírito Santo, 16.25%; Minas Gerais 15.47%, Sergipe 15.03%, Paraíba . . . 13.28%, no Piauí 13.15%, e os mais baixos no Paraná 4.93%, no Rio Grande do Sul 4.84% e em Goiás 3.86%.

A maior perda líquida é a de Minas Gerais que atinge 1.156.000, Bahia 289.000, Rio Grande do Sul 161.000, Ceará 161.000, a Paraíba 147.000, Alagoas 141.000 e o Estado do Rio de Janeiro 138.000.

Comparando-se os resultados do censo de 1940 com os de 1950, vemos que a situação piorou.

Além das migrações de Estados para Estados, ainda temos que considerar as migrações dentro de cada Estado, do interior para as capitais. De acôrdo com os estudos procedidos, em São Paulo, pode-se estimar em 20.000 o número de paulistas que migram anualmente do interior para a capital, em Pôrto Alegre este número atinge 12.000, nos últimos anos. No Rio Grande do Sul, num período de 10 anos, quase 130.000 pessoas deixaram seus municípios em busca de outra habitação.

Os dados existentes "permitem afirmar, dada a sua magnitude, que as indústrias urbanas, não obstante sua expansão, assim como as atividades agropastoris das zonas pioneiras, não têm podido assimilar essas imensuráveis levas de deslocados, daí advindo os angustiosos problemas dos favelados, marginais e desajustados sociais de toda espécie".

Abstraindo outras correntes migratórias de menor amplitude, verifica-se que nos Estados da Região Leste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia), se situam as áreas de maior repulsão demográfica e não no Nordeste, como se imagina, muitas vezes.

Um fato, novo e digno de registro, é que, nos últimos anos, estão emigrando, não apenas indivíduos avulsos, mas, também, as matrizes demográficas por inteiro, isto é, as "unidades econômicas", fato esse que só se verifica nas migrações do interior para as capitais dos Estados. Persistindo a tendência assinalada, os Estados de maior migração deverão sofrer profundas transformações na sua estrutura demográfica, dentro de pouco tempo.

Embora se desconheçam estudos sistemáticos e suficientemente documentados sobre as repercussões econômicas do abandono dos campos, a análise da queda da produção, em certas zonas, a manifestação deteriorização das atividades econômicas fundamentais de outras, ilustradas, aqui a manifestada deteriorização das atividades econômicas fundamentais de outras, ilustradas, aqui e ali, por monografias regionais, evidencia-se que, no Brasil, — pelo menos em extensas áreas, não tem sido apenas o sobranço da mão-de-obra rural que emigra, mas, também, milhares de braços válidos da lavoura, desfalcando-a e criando vazios insubstituíveis.

Examinando o caso particular da Bahia, constatamos que há municípios, como, por exemplo, o de Caculé, onde o coeficiente anual de migração é de 16%, 8.9% em Brumado, 6 a 7% em Arandi, Jacaraci e Macaúbas. Persistindo tal movimento, será inevitável um colapso econômico.

O retôrno desses imigrantes, é em pequena escala. Considerando, apenas, o caso da Bahia, verifica-se a preferência dos baianos por São Paulo, e que a taxa de retôrno é de apenas 8%, enquanto que, no caso dos paraibanos, é de 50% e, no dos pernambucanos 25%.

Uma das causas determinantes do êxodo é o baixíssimo padrão e nível de vida que impera nas zonas de repulsão.

"Estas se situam justamente nos Estados e áreas de cultura agrária mais atrasada, onde o arcaísmo da agricultura, as desumanas relações de produção criadas pelos tipos de arrendamentos e de parceria, prevalentes, constituem a moldura obrigatória do latifundismo absolutista que ali domina soberanamente."

A lei de GOLTZ de que a emigração cresce com a expansão da propriedade latifundiária, e declina com o avanço da pequena propriedade, encontra no Brasil a mais cabal confirmação.

Conhecidas assim as zonas de repulsão, nelas deverão se concentrar os nossos esforços, no sentido de melhorar as condições de vida dos respectivos rurícolas, sempre estando em colaboração as autoridades municipais com os órgãos do Governo Estadual e Federal, de modo a que se possa levantar os níveis social, cultural e econômico dos habitantes das respectivas regiões.

FORMAÇÃO E CRESCIMENTOS URBANOS

Inicialmente sempre fomos um povo de agricultores e pastores e as nossas cidades se formaram em torno dos Engenhos ou de "currais", a não ser Minas Gerais, onde tiveram sua origem na mineração.

"Desde os primeiros dias da nossa história, temos sido um povo de agricultores e pastores. O espírito comercial dos portugueses do ciclo das navegações, dominante na sua expansão para as Índias, desde que penetra a terra brasileira, se obscurece, perdendo aos poucos a sua energia até desaparecer de todo. O tipo do "natural da terra" cedo contrasta com o ádvena pela sua feitura essencialmente rural, pelo seu temperamento fundamental de homem do campo. O urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social — toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. E' no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças internas da nossa civilização.

O dinamismo da nossa história, no período colonial vem do campo — do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período colonial (OLIVEIRA VIANA — *O Povo Brasileiro e sua Evolução*).

Quando o português aportou no Brasil não encontrou, como na Índia, com quem comerciar; não encontrando logo o ouro, teve que dedicar-se a agricultura e mais tarde à pecuária. Não houve propriamente colonização e sim exploração da terra, e foi assim que se realizou a nossa conquista.

Assim os primeiros núcleos que se formaram no Brasil foram os engenhos, mais tarde os currais e em torno destes centros nasceram as nossas cidades, "dependência dos engenhos, burgos de famílias, onde os senhores vinham passar as festas, reunindo-se para as cavalhadas e banquetes."

Segundo FERNANDO DE AZEVEDO "A Cultura Brasileira":

"A miséria nestas primitivas cidades, heterogêneas e por isto mesmo pitorescas, irrequietas e turbulentas, contrastava com o esplendor rural, cuja riqueza transbordava nas casas que os senhores de Engenho possuíam na cidade, nos esbanjamentos de festas e banquetes e nas touradas e cavalhadas."

Nestes engenhos, onde se produzia tudo, e mais tarde, em torno dos currais, formou-se uma verdadeira nobreza rural que dominou no Brasil até bem poucos anos. Esta nobreza, mais tarde, necessitando de capitais para movimentar seus engenhos teve que recorrer aos comerciantes das pequenas cidades que se iam formando nos litorais, esta procura de capitais, culminou após 1888, com a abolição da escravatura, que acabou de desorganizar a nossa agricultura.

Ainda hoje, a maioria das nossas cidades é tipicamente rural, ainda não atingimos uma civilização tipicamente urbana "aí está para prová-lo o fato de que de todas as cidades capitais, do litoral e do interior, somente duas já ultrapassaram de muito um milhão de habitantes e apresentam caracteres novos e distintivos das metrópoles modernas."

O nosso rurícola se habituara a ver no Estancieiro, no Senhor de Engenho, no Fazendeiro, um elemento de congregação e proteção em torno do qual girava toda a vida da região; hoje, já não é mais assim e aqueles "chefes de clã" também migraram para as cidades e arrendaram suas terras.

Entre nós, dada a nossa formação, é difícil senão mesmo impossível, estabelecer uma separação entre o urbano e o rural. Como rural não se deve considerar só o homem que trabalha no campo, mas, também, os artesãos, indispensáveis a manutenção dos elementos necessários ao trabalho rural, bem como os que vivem em cidades tipicamente rurais.

A este propósito escreveu CASTRO BARRETO — *Povoamento e População*:

"As designações de urbano e rural são muito elásticas, não existindo um limite nítido entre o mundo urbano e o rural. A população de uma pequena cidade pode possuir na sua estrutura social e no seu todo, aspectos rigorosamente urbanos, enquanto algumas, comunidades, muito maiores conservam o *facies* característico das populações rurais.

.....
Enfim, rural é a população das fazendas, dos sítios, e dos arraiais, vilarejos, onde todos se conhecem e onde os laços de amizade, quando não são de parentesco, solidarizam os homens."

O que se observa no mundo é que as populações rurais tendem a declinar, é a tendência universal, de vez que a cidade apresenta, aparentemente, melhores condições de vida. No entanto, a "aglomeração urbana não é fonte de vida."

"A cidade não foi feita para a criança. A cidade só se mantém pela contribuição da hinterlândia rural."

Para que se processasse a transferência das populações rurais para as cidades, sem que isto acarretasse graves perturbações econômicas, seria necessária a mecanização intensiva da nossa agricultura, de modo a que a máquina substituísse o braço humano.

Examinando a distribuição das populações em diversos países, encontramos que na Argentina a população rural representa apenas 25% da po-

pulação total, na Inglaterra 7%, no Canadá 21%, nos Estados Unidos 10%, na Austrália 21%, e são países que vivem em grande parte da agricultura.

Não devemos esquecer que "é na estabilidade da população das fazendas e das pequenas cidades que repousam as bases sociais, no sentido Nacional."

Tudo entre nós concorre para expulsar o nosso rurícola do campo: falta de assistência, falta de ensino, falta de crédito, falta de transporte e ainda mais, falta de chefes locais, como existiram outrora.

Esqueceram-se os nossos proprietários de terras e industriais que:

"Os donos e administradores de grandes riquezas têm a responsabilidade social de promover o bem-estar de seus empregados auxiliando-os a se transformarem em proprietários, ainda mesmo em pequena escala, mesmo aqueles cujo trabalho é periódico e incerto, e dando-lhes a oportunidade de manter suas famílias num nível de vida compatível com a dignidade humana" (La cristianización de la vida rural).

O sistema de arrendamento das terras tem dado sempre os piores resultados, porque não fixa o homem e procura êste tirar o máximo de proveito, mesmo em detrimento da terra. Além do mais, como bem disse a Conjuntura Econômica:

"A êsse danoso aspecto econômico, alia-se outro de caráter social: o parasitismo dos donos das glebas que se radicam nos centros urbanos, usufruindo os proventos da exploração dos contratos de arrendamento, em suas diversas modalidades" (C.E., julho de 1953).

A êste propósito transcrevemos o seguinte da "La Cristianización de la Vida Rural.":

"Conquanto devesse a terra proporcionar a massa humana a melhor oportunidade para obter a condição de proprietário e independência, a tendência para o regime do arrendamento se acentua de forma alarmante. O desaparecimento da propriedade constitui um grande problema para a agricultura de hoje, com desastrosas consequências morais, sociais e econômicas. Os arrendatários não melhoram a terra nem conservam o solo. Tiram da terra o que podem e mudam-se para outro lugar, e assim sucessivamente. Com freqüência os mesmos proprietários absenteístas, com o fim de obter lucros imediatos, exploram o solo de modo irracional e não se preocupam com a necessidade de conservar devidamente as moradias do pessoal e outras construções. Em geral, o regime do arrendamento não é proveitoso nem para o arrendatário, nem para o proprietário, nem para a sociedade. Dentro dos males do arrendamento, figura a desmedida exploração do solo e a destruição da terra como do homem. Como resultado do nosso regime de arrendamento, grandes extensões de terras outrora ricas perderam hoje a fertilidade e a um grande número de famílias de agricultores foram impostas condições de vida degradantes."

Entre nós, o *Crescimento Urbano* processou-se atabalhoadamente, sem que se procurasse conservar o equilíbrio entre as zonas urbanas e rurais. A maioria das nossas cidades crescem como decorrência das péssimas condições de vida do campo. De fato, se analisarmos os resultados dos censos de 40 a 50, constataremos que na maioria dos nossos municípios encontramos a maior percentagem de crescimento demográfico, nas zonas suburbanas, o que vale dizer, um aumento de percentagem de marginais.

Em artigo publicado na "Revista Brasileira de Estatística" — outubro, dezembro de 1951, n.º 48, intitulado "As aglomerações Urbanas do Brasil segundo o censo de 1950" ERNANI THIMOTEO DE BARROS, faz a seguinte análise da situação brasileira:

"O maior número das aglomerações urbanas é de modesta importância. As grandes aglomerações em número muito reduzido abrangem parte considerável da população das aglomerações em conjunto.

As pequenas aglomerações de 5001 a 10.000 habitantes, em número de 265, contam em conjunto 1.846.025 habitantes. Abrangem portanto 12.94% da população das aglomerações em conjunto, mas constituem 54.30% do número de aglomerações.

As 209 aglomerações médias, isto é, 10.001 a 100.000 habitantes, compreendem 5.121.251 habitantes. Constituinte 42.85% do número de aglomerações, compreendem 35.90% da população das aglomerações em conjunto.

Há apenas 14 aglomerações urbanas de mais de 100.000 habitantes, "aglomerações grandes", as quais têm em total a população de 7.300.410 habitantes. Portanto corresponde a essas aglomerações cerca de metade da população das aglomerações em conjunto, mais precisamente, 51.16%, embora seu número seja inferior a três centésimos, 2.87% do total de aglomerações. São as seguintes essas grandes aglomerações urbanas, para as quais indicam-se tanto a população quanto a proporção que esta representa em relação à população total do município (do Distrito Federal no caso do Rio de Janeiro) em que se encontram localizadas:

São Paulo com 2.041.716 habitantes, isto é ..	91.66%
Rio de Janeiro com 2.335.931 habitantes, isto é	96.80%
Recife com 532.466 habitantes, isto é	97.75%
Salvador com 395.993 habitantes, isto é	93.36%
Pôrto Alegre com 381.964 habitantes, isto é ..	95.20%
Belo Horizonte com 346.207 habitantes, isto é	96.09%
Belém com 230.181 habitantes, isto é	88.32%
Fortaleza com 213.604 habitantes, isto é	76.26%
Santos com 201.739 habitantes, isto é	97.50%
Niterói com 174.535 habitantes, isto é	91.79%
Curitiba com 141.349 habitantes, isto é	76.88%
Manaus com 110.678 habitantes, isto é	74.74%
Maceió com 102.301 habitantes, isto é	82.14%
Campinas com 101.746 habitantes, isto é	65.49%

A população dessas 14 grandes aglomerações constitui cerca de 14% da população total do Brasil.

A proporção correspondente à população das aglomerações urbanas em relação à população total, varia sensivelmente, entre as diversas Regiões. A população das aglomerações urbanas corresponde no Sul a 34.09% da população da Região; Leste, 29.32% no Nordeste, a 17.38%; no Norte, a 23.31% e no Centro Oeste a 11.47%.

São Paulo é a unidade que apresenta a mais elevada população correspondente às aglomerações urbanas, a qual atinge a 4.171.005 habitantes, constituindo 29.23% da população das aglomerações do Brasil em conjunto. Em seguida está colocado o Distrito Federal, com 2.335.931 habitantes, ou seja, 16.37% do total nacional. A população das aglomerações de Minas Gerais e Rio Grande do Sul também fica superior a 1.000.000 de habitantes: 1.316.409 habitantes, 9.23% do total nacional, no primeiro Estado e 1.110.793 habitantes, 7.78% no segundo. Contribuições ainda importantes são as do Estado do Rio de Janeiro, 939.794 habitantes, 6.57%. Pernam-

bucu, 920.096 habitantes, 6.45% e da Bahia, 754.161 habitantes, 5.22%. A contribuição, em conjunto, das 7 unidades acima referidas corresponde a 80.85%.

Em 1940 a população das 324 aglomerações urbanas então recenseadas no Brasil atingia 8.899.202 habitantes; em 1950, são 488 as aglomerações, as quais, em conjunto têm a população de 14.267.686 habitantes.

A população das aglomerações urbanas em 1950 é superior de 5.368.484 habitantes, ou seja, de 60.33% a de 1940. Também, é superior em 1950 a proporção da população das aglomerações em relação quer a dos municípios em que estão localizadas (50.80%, em 1940 e 53.84% em 1950), quer em relação a população total do País. (21.57% em 1940 e 27.19% em 1950).

Na Região Sul, a população das aglomerações urbanas que em 1940 atingia 3.620.950 habitantes, ascende em 1950 a 5.857.173 habitantes. Houve, entre as duas datas um incremento de 2.236.223 habitantes, a que corresponde, em relação à população das aglomerações em 1940, a proporção de 61.76%. No Leste a população das aglomerações passa de 3.657.809 habitantes em 1940, para 5.570.538 habitantes em 1950, o incremento de 1.912.729 habitantes corresponde a proporção de 52.29% da população em 1940. No Nordeste passa de 1.259.333 habitantes em 1940 para 2.198.638 habitantes em 1950; o incremento de 239.305 habitantes corresponde à proporção de 87.38% da população em 1940.

Os dados acima transcritos nos dão um panorama da situação, situação esta que se agravara, sobretudo no Nordeste e parte da Região Leste, depois da distribuição da energia elétrica de Paulo Afonso, de vez que não se cogitou de aproveitar parte da energia para a irrigação — e será ela empregada na industrialização da região.

O prof. FONSECA RODRIGUES, da Escola Politécnica de São Paulo, publicou interessante estudo a este respeito, no qual previa o aproveitamento das águas do São Francisco, em Cabrobó, recalcando-as por cima da Serra do Araripe, para jogá-las nos vales dos rios Jaguaribe e Piranhas. Uma das conseqüências desta irrigação será o aproveitamento da Várzea do Souza, com 20.000 hectares de terras irrigáveis, e no baixo Piranhas ou Açu se encontram mais 40.000 hectares de terras irrigáveis; "somando nos dois vales, segun-

do as informações colhidas cerca de 200.000 hectares de terras irrigáveis."

O aumento das populações urbanas sem que as cidades estejam em condições de comportá-lo, pois que não só tem condições urbanísticas como também suas indústrias não têm capacidade suficiente para absorver esta mão-de-obra, traz como um dos resultados, o aumento da crise de habitações, e a conseqüente criação de aglomerações tipo favela, mocambo, malocas etc.

As nossas cidades desenvolveram-se sem nenhum plano preestabelecido, criando-se, em algumas, cidades-satélites, mal localizadas, pelos subúrbios, abrigoando os marginais criando pelo êxodo rural.

"O maquinismo é o responsável por êstes movimentos, contra os quais a mais alta filosofia é incapaz de reagir.

A força de uma tal evolução e a inconveniência dêstes movimentos turbilhonantes criam um perigo terrível: a anarquia urbana, o engarrafamento da circulação, o acúmulo das nocividades tendo como conseqüência uma maior mortalidade humana, de vez que ela é uma função direta da densidade da população e do caos da construção trazendo, como conseqüência, finalmente, a morte da cidade e a decadência de uma civilização. (Arts et Techniques de la Santé — Drs. GASTON e ALBERT DANIEL).

Há necessidade pois de que cada município, em perfeita coordenação com o Estado, organize, a exemplo do que existe no Rio Grande do Sul, os seus pré-planos, para um conveniente desenvolvimento urbanístico.

Definindo o urbanismo, assim se expressam os Drs. GASTON e ALBERT DANIELS (*op.cit.*).

"O urbanismo é a síntese de tôdas as concepções e aplicações das Ciências e das Artes, tendo em vista a criação, a organização e a expansão das cidades, em conformidade com as leis naturais, econômicas, sociais, políticas e administrativas presentes e futuras, tendo em vista proporcionar ao habitante a integração da saúde, do bem-estar e da eficiência de seus esforços, impondo-lhe ao mesmo tempo o sentido da estética e da solidariedade social."

Esta definição nos mostra a complexidade do problema e a necessidade da colaboração coordenada de diversos serviços a fim de que os Municípios possam cumprir suas finalidades urbanísticas.

Estudada assim a situação geral do Brasileiro, entremos no assunto dêste trabalho, isto é, na Política de Habitação Rural, que tem como base a Educação.

(Continua)